



SEMIÁRIDO VIVO

NENHUM DIREITO
A MENOS!



**SEMIÁRIDO
VIVO**

**NENHUM DIREITO
A MENOS!**



SEMIÁRIDO VIVO

NENHUM DIREITO A MENOS!

Semiárido brasileiro, novembro de 2015

Vivenciamos mais uma Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Povos e comunidades de todo o território nacional e representantes de outros países aqui se irmanam na perspectiva da construção de políticas que nos garantam a Comida de Verdade no Campo e na Cidade.

Neste contexto, nós, signatários deste documento, conscientes de nosso papel como construtores de políticas públicas, não podíamos deixar de ecoar nossa voz, na linha de reafirmar, aprofundar e ampliar as políticas que fazem do Semiárido um Semiárido Vivo.

Estamos, ainda, atravessando uma das mais severas e duradouras secas dos últimos tempos. No entanto, mortes, êxodo, saques, filas intermináveis de pessoas para receber uma lata d'água, frentes de serviços, compra de votos às custas da miséria, tudo isso ficou na história como uma marca desumana das políticas que desrespeitam o Semiárido e seu povo.

A virada desta página da história brasileira se deu graças à luta, coragem e protagonismo do povo do Semiárido, aliado a políticas públicas adequadas e voltadas para o bioma e sua gente, que deram ao Semiárido uma cara mais humana. Foram 12 anos de ações consecutivas neste caminho. Foram e são políticas como o Bolsa Família, o Bolsa Estiagem, o Garantia Safra, linhas de assistência técnica e o crédito adequados, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), as múltiplas ações de Economia Solidária, o Programa Água para Todos com suas variadas facetas e, de modo especial, as cisternas de placa para água de consumo humano – estamos na casa de um milhão destas cisternas – e os implementos de captação de água para produção, os quintais produtivos, a produção de alimentos saudáveis, as cisternas nas escolas e os bancos de sementes.

Todas estas ações e políticas têm a marca do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea Nacional) e dos Conseas Estaduais.

É evidente que tudo isso apenas sinaliza o início de uma grande reviravolta, pois mais de 500 anos de opressão não se resolvem em três gestões públicas, por mais comprometidas que sejam.

Assim, muito ainda precisa ser feito! Nos chama atenção, principalmente, a crise hídrica que assola o país nos últimos anos, que revela ainda uma situação de extremo sofrimento dos povos, sobretudo o povo do Semiárido. É dramático ainda o sofrimento de milhares de famílias em busca de água para o consumo humano.

A palavra de ordem, assim, é continuar e ampliar estas políticas, interrelacionando-as com outras tão importantes e essenciais como as aqui nominadas e, entre as quais, queremos destacar duas:

- O respeito e o carinho para com o Rio São Francisco, evitando ações predatórias e intensificando fortemente as estratégias de sua revitalização. Neste momento que realizamos a Conferência, o rio conta com a menor quantidade de água já registrada em seu leito. Os povos do Semiárido querem que o Rio São Francisco lhes seja devolvido vivo.
- O acesso das populações à terra e territórios, em tamanho adequado, condição indispensável para a viabilidade do Semiárido e a concretização da convivência com o mesmo.

O QUE PRESENCIAMOS HOJE?

Vivemos um momento de intensa crise política e econômica.

Os meios de comunicação social, em parte o Congresso Nacional e muitos políticos encarregam-se, diuturnamente, de desmerecer a Petrobras e buscar sua privatização, entregando a estrangeiros e firmas multinacionais as riquezas de nosso país, riquezas que podem gerar mais desenvolvimento para o Brasil. Somos por uma Petrobras cada vez mais forte e brasileira.

Buscando soluções, máxime do ponto de vista econômico, o Governo Federal adotou políticas fiscais fortemente restritivas a investimentos governamentais. O “ajuste fiscal” retira direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, restringe o crédito para investimento, eleva a taxa de juros e aos poucos vai paralisando a economia, cujo reflexo é a concentração da renda, o aumento do desemprego e o endividamento das famílias da classe trabalhadora.

Estamos em recessão econômica com a estimativa de uma queda de 3% do PIB Nacional. Conseqüentemente o Governo deixa de arrecadar impostos e não conseguirá manter as atividades do Estado no mesmo ritmo de antes. Muitas das políticas, programas e ações terão menos recursos para atender as demandas dos diversos setores da população.

- O PAA, programa elogiado mundialmente, está enfrentando cortes de 65% do orçamento previsto para 2015 e, mais ainda, sofrerá maiores restrições se olharmos a proposta orçamentária de 2016.

- As cisternas sofreram em 2015 cortes severos. Há contratos que são celebrados, mas não há recursos financeiros que garantam a execução destes contratos. Na expressão de Leonardo Boff, isso significa uma ameaça ao direito fundamental dos mais pobres, no que se refere à disponibilidade de água potável. Executam-se metas ínfimas, se comparadas a outros anos, e mesmo o contratado não consegue ser implementando, pois não há recursos nos Ministérios. O número de tecnologias construídas até agora é o menor em 12 anos. A proposta enviada pelo Governo ao Congresso, de cerca de 200 milhões de reais, para 2016, pode estar sinalizando uma paralisação dessas ações, e com ela o desmonte de direitos dos mais pobres, entre eles, o direito à Segurança Alimentar. A Marcha das Margaridas conseguiu da Presidenta da República, Sr^a. Dilma Rousseff, o compromisso de ampliação das cisternas e dos implementos de água para produção, como um direito essencial das mulheres. Com esse orçamento, o Governo não vai conseguir honrar este compromisso.

- Num momento em que as secas ainda não foram de todo debeladas, que devido ao “El niño”, anuncia-se a possibilidade de mais três anos de seca, a diminuição destas e de outras ações de convivência com o Semiárido pode indicar a volta da página de miséria, de fome, de dependência política das pessoas, de êxodo e de morte que caracterizou o Semiárido. E pode abrir caminho para a reinserção do Brasil no Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU).

- O Congresso Nacional sinaliza o corte de 10 bilhões de reais no Bolsa Família. Esta seria uma ação de profunda maldade e de desrespeito para com os mais pobres. O Bolsa Família é elogiado internacionalmente e seus efeitos são claros e evidentes. Este corte expressa um não compromisso do nosso Congresso com a Segurança Alimentar e Nutricional dos mais sofridos.

- A comunicação no Brasil e no Semiárido continua concentrada nas mãos de poucas pessoas/famílias/grupos econômicos, que ditam a pauta nacional. Os que não pertencem aos grupos hegemônicos que dominam a comunicação não têm direito a voz, não expressam seus pensamentos, têm direito apenas de ouvir e ver. Urge democratizá-la na perspectiva de construir um Brasil para todos.

- Anuncia-se o corte de subsídios a medicamentos essenciais para a vida de muitos brasileiros, especialmente os mais pobres. Estas e outras ações contra o Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do ajuste, se consubstanciam na violação do direito à saúde pelo povo brasileiro.
- Escolas rurais são fechadas pelo Semiárido afora, os recursos para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) são diminuídos, a educação contextualizada e valorizadora do Semiárido não se implementa.
- Portaria do Incra impede que latifúndios improdutivos sejam desapropriados em municípios que tenham decretado estado de emergência e calamidade, o que impede o avanço da Reforma Agrária.

O QUE QUEREMOS?

Em primeiro lugar queremos assegurar o Estado de Direito. As eleições realizadas no ano passado ocorreram num processo democrático aberto e legítimo. Somos pela garantia do Estado de Direito e pelo aprofundamento de nossa democracia. Não aceitamos golpes.

A eleição realizada no ano passado, no entanto, não se configurou, para nós, como simples eleição de uma pessoa. Escolhemos um programa de governo que incluía, explicitamente, as políticas de convivência com o Semiárido já nominadas e outras a construir. Estas políticas, por conseguinte, não podem ser minimizadas e/ou abandonadas em nome de um ajuste fiscal.

O ajuste fiscal, se ele é necessário, que não se faça colocando a conta sob a responsabilidade dos mais pobres.

Exigimos que sejam retirados do bojo do ajuste todos os cortes que dizem respeito às políticas sociais, indispensáveis para manter os programas, ações e sua amplitude, capaz de atender às demandas da população.

O povo do Semiárido precisa trabalhar e garantir a sua segurança alimentar e nutricional com a produção e consumo de comida de verdade para o campo e a cidade.

Sem a implementação forte e intensa destas ações e políticas, dificilmente conseguiremos nos manter fora do Mapa da Fome da ONU. Por isso, vamos lutar e defender a manutenção e ampliação de nossos direitos e das políticas públicas que conquistamos com muito sofrimento. Não vamos permitir o retrocesso, a volta da fome e da miséria no Semiárido e no Brasil.

Vamos fortalecer nossas alianças estratégicas e vamos à luta por um Brasil sem fome, com soberania e segurança alimentar e nutricional, com comida verde para o campo e as cidades.

1 - Segurança Hídrica: Implementação, ampliação e universalização de Política Específica de Segurança Hídrica para o Semiárido

Neste campo, se destacam:

- A intensificação das ações de cisternas de água para consumo humano e para produção, estudando-se a possibilidade de cisternas para famílias que vivem em cidades de até 20 mil habitantes.
- Revitalização do Rio São Francisco e devolução do mesmo, vivo, ao povo do Semiárido.
- Diminuição gradativa das irrigações predatórias que matam o Rio São Francisco.
- Emergencialmente, bloquear todos os processos de captação de água do Rio São Francisco, para garantir o abastecimento humano e a vida das populações ribeirinhas.

2 - Reforma Agrária: acesso à terra em tamanho adequado à vida no Semiárido

- Assentamento imediato de todas as famílias acampadas.
- Amplo programa de regularização fundiária das comunidades camponesas, que reconheça os direitos territoriais dos povos indígenas, quilombolas, fundos e fechos de pastos, pescadores e demais povos tradicionais.
- A suspensão da PEC 215.
- Revogação da Portaria do INCRA que impede a desapropriação de latifúndios improdutivos nos municípios que decretaram estado de emergência e calamidade.

3 - Estruturação das Comunidades Camponesas

- Execução do Programa Camponês construído pela Via Campesina junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
- Efetivação do Programa Luz Para Todos, em especial para a população atingida por barragens.
- Adoção e interligação dos sistemas solares e eólicos beneficiando as comunidades camponesas com a tecnologia de captação, conversão e despejo nas redes públicas de energia.

4 - Soberania Alimentar: Construção de um Programa Nacional de Conservação e Uso da Biodiversidade considerando a particularidade da região Semiárida

- Reacondicionar o Semiárido e construir mecanismos de combate à desertificação.
- Investimento em Unidades Básicas de Sementes conduzidas pelas organizações sociais do Semiárido.
- Proibição do uso dos agrotóxicos já banidos em outras partes do mundo.
- Fim da pulverização aérea.
- Garantia de investimentos públicos para a ampla Transição Agroecológica pela execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e efetiva implementação do PLANAPO 2.
- Dinamização de processos de organização de Bancos Comunitários de Sementes Crioulas.
- Implementação e dinamização dos quintais produtivos, conduzidos pelas mulheres, e na perspectiva de produção de alimentos saudáveis.

Nesta V Conferência de Segurança Alimentar, reafirmamos nosso compromisso e luta pela soberania dos povos, pelo respeito profundo aos seus direitos, pela importância estratégica dos jovens em nosso projeto de desenvolvimento e pela soberania alimentar de todos os povos e comunidades.

POR UM SEMIÁRIDO VIVO – NENHUM DIREITO A MENOS!



